

**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL FRENTE À CRISE  
PARADIGMÁTICA CONTEMPORÂNEA E A QUESTÃO AMBIENTAL  
SUSTAINABLE DEVELOPMENT BEFORE THE CONTEMPORARY  
PARADIGMATIC CRISIS AND THE ENVIRONMENTAL ISSUE**

Leandro Petarnella, Amelia Silveira, Julio Facó, Alex Junguer, Luiz Henrique Amaral  
Universidade Nove de Julho, Brasil | Universidade Federal do ABC, Brasil | Faculdade  
de Tecnologia Termomecânica, Brasil | Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil  
alexpaubel@hotmail.com

**RESUMO:**

O tema se volta para o desenvolvimento sustentável. Para tanto, objetivou analisar a crise paradigmática contemporânea e a questão ambiental como contexto do desenvolvimento sustentável. O delineamento foi de ensaio teórico/conceitual apresentando e discutindo a contextualização e a significância do assunto em sua complexidade. Os resultados apresentam um cenário tecido por meio das reflexões de autores considerados pós-modernos e evidenciam que a incerteza se estabelece justamente por meio desta crise paradigmática. Avançando o pensar, com especificidade no desenvolvimento sustentável, a questão ambiental se revela como decorrente de uma crise humana. Emerge da tentativa de se mudar um paradigma secularmente instituído, desde a Revolução Industrial.

**Palavras-chave:** Crise. Paradigma. Desenvolvimento sustentável. Questão ambiental. Incerteza.

**ABSTRACT:**

The theme turns its attention to the sustainable development. For this purpose, it aimed to analyze the contemporary paradigmatic crisis and the environmental issue as the context of the sustainable development. The outlining was of a theoretical/conceptual article, presenting and discussing the contextualization and the significance of the topic in its complexity. The results present a scenario created through the reflection of authors considered post-modern and evince that the uncertainty is established exactly through this paradigmatic crisis. Moving forward with the thinking, specifically in the

sustainable development, the environmental issue is revealed as caused by a human crisis. It emerges from the attempt of changing a paradigm secularly instituted, since the Industrial Revolution.

**Keywords:** Crisis. Paradigm. Sustainable development. Environmental issue. Uncertainty.

## INTRODUÇÃO

A sociedade está em constante transformação sendo a modernidade o período responsável pela organicidade da solidariedade. Organicidade porque os processos interacionais que se davam de maneira mecânica, utilizando-se do pensamento de Durkheim (2002), passam a conter uma ordem sistêmica, uma relação de dependência que transformou a sociedade em um resultado intencional e não mais uma finalidade em si mesma. É o período em que ocorre o desencantamento Weberiano com o mundo, onde a afetividade e a pessoalidade passam a ser categorias do racional.

Este preâmbulo sugere que as transições culturais que alicerçam o desenvolvimento do processo civilizatório permitem denominar o respectivo período de acordo com o principal aspecto que a ele se relaciona. Em decorrência disso, percebe-se que a crise se instaura a partir dos impactos de determinados sistemas anteriormente criados e, por isso mesmo, são permissíveis da transição paradigmática firmando-se, ao mesmo tempo, no paradigma no qual este sistema está estabelecido. Este feito permite, também, a transição para um sistema diferente daquele no qual a sociedade opera criando, assim, tendências e metamorfoses a partir da mudança do pensamento social (RIBEIRO, 1975).

Como exemplo, pode-se citar a Revolução Agrícola que, além de mudar a forma de se interagir e se pensar a sociedade na primeira metade do Século XVIII, foi de suma importância para o surgimento da Revolução Industrial, preparando o pensamento social para tal. A Revolução Industrial, por sua vez, foi a responsável pelas alterações no modo de produção e ocasionou mudanças significativas no pensamento da sociedade do fim do Século XIX, gerando crises no próprio processo histórico. Afinal, não existe Revolução que não seja precedida de crises paradigmáticas. Isto implica em dizer que toda crise é inerente e decorrente da vida e da história do próprio homem.

As crises surgem quando, de alguma maneira, os paradigmas, dogmas, utopias ou modelos que, geralmente, são hegemonicamente instituídos, não são mais capazes de representar a realidade na qual ele está inserido e, ao mesmo tempo, modelado. Neste sentido, a crise é fundamentalmente uma espécie de mecanismo de denúncia e é gerada a partir do descontentamento e pela busca de novos modelos que emergem do homem e para o próprio homem. Assim, as crises prenunciam e denunciam o momento no qual o

homem busca o novo, mas ainda preso ao velho, e sofre com os sortilégios de seu próprio tempo.

O sofrimento acima descrito é causa e, ao mesmo tempo efeito, das incertezas sobre os rumos da própria ordem social. Este feito pode ser visualizado, por meio das tratativas delineadas por autores como Lipovetsky (2004), que, quando trabalha a ideia de hipermodernidade, não contesta a modernidade, mas propõe um acréscimo – hiper – que supera todas as condições anteriores. Segundo o autor, “a era do hiperconsumo e da hipermodernidade assinalou o declínio das grandes estruturas tradicionais de sentido e a recuperação destas pela lógica da moda e do consumo” (Lipovetsky, 2004, p.29). Em decorrência, “os indivíduos hipermodernos são, ao mesmo tempo, mais informados e mais desestruturados, mais adultos e mais instáveis, menos ideológicos e mais tributários das modas, mais abertos e mais influenciáveis, mais críticos e mais superficiais, mais céticos e menos profundos” que os indivíduos certos e seguros de antes (Lipovetsky, 2004, p. 28).

Segundo Hall (2003), para quem a pós-modernidade coloca em questão a crise identitária que a atualidade provoca nos indivíduos e, conseqüentemente, na sociedade, o sujeito moderno – do iluminismo, racional, centrado, disciplinado em suas ações frente à complexidade do mundo – tomou consciência de que seu mundo interior não era tão autônomo e liberto como se pensava. Este sujeito, entendido como ser social, percebe que o outro é tão fundamental quanto ele mesmo em seu processo evolutório. A partir deste entendimento, o sujeito, agora pós-moderno, entra em crise identitária uma vez que esta se constitui de um eu representado e forjado pelos sistemas culturais que, por sua vez, provoca uma significativa contradição entre as identidades individuais e as identidades nacionais – centro da crise identitária hodierna e, assim, berço das incertezas contemporâneas.

Na modernidade líquida de Bauman (1999), a solidez da modernidade – forjada pela apropriação da natureza pela ciência, pelas descobertas do vapor e da eletromecânica, pelas ideologias e pela rigidez nacionalista, vão ganhando plasticidade e fluidez. Os valores enraizados e fixados na vida dos sujeitos tornam-se mais instáveis, mais voláteis. O “eu” sobrepõe o “nós” e “o interesse público é reduzido à curiosidade sobre as vidas privadas de figuras públicas e a arte da vida pública é reduzida à exposição pública das questões privadas e a confissões de sentimentos privados”

(Bauman, 1999, p.46). Encerrando com Sloterdijck (2008), as questões expostas orienta a atualidade e pode ser compreendida como uma expansão do movimento em múltiplas bolhas frágeis que formam espumas, desproporcionais, permeáveis, mas com efetiva comunicação. As espumas não possuem centro de gravidade e se desfazem, terminando, quase sempre, em nada.

Na atualidade, a incerteza, a insegurança, a instantaneidade, o vazio de espírito de nossa época se firma a partir de um cenário geopolítico no qual a certeza, o compromisso com o capital e com o trabalho, as ações bio-estadistas e os delineamentos das ações humanas para a produção do capital esvaziaram-se, restando, apenas seus incrementos relacionais. Explica-se, ainda com base em Sloterdijck (2008), que o vazio, a falta de sentidos, a ausência de tempo e outras angustiam que assolam profundamente a hodiernidade mudaram suas representações porque houve um incremento social, ou seja, elas foram (re) inventadas porque são “frutos diretos e indiretos das imitações sob todas as formas” (Sloterdijck, 2008, p. 35).

Transformando os dizeres dos autores anteriormente citados em um tecido orgânico, entende-se, então, que esta sociedade hiper/pós/líquida/espumante/entrópica, como é conceituada por Derrida (2003), Deleuze (2005), Bauman (1999), Lipovsky (2004), Sloterdijck (2008), entre outros, é simplesmente moderna, estando, entretanto, saturada e evidenciando, assim, uma crise de paradigmas que ocorre a partir das incertezas oriundas do próprio modelo operatório da civilização atual, indicando, por isso mesmo, tentativa de mudanças no pensamento social historicamente instituído. É a partir, justamente, das reflexões sobre as incertezas hodiernas, frente à tentativa de mudança do paradigma no qual a sociedade atual se estabelece, que este trabalho de cunho teórico/conceitual apresenta e discute ideias, com a finalidade de contextualizar a extensão e a significância do assunto, apontando possíveis caminhos para a crise paradigmática contemporânea e o encaminhamento da questão ambiental.

A partir do entendimento acima, o delineamento metodológico deste trabalho apresenta abordagens que fundamentam o tema e que caracterizam o pensamento científico em que se apoia. Independente do objeto e do objetivo de estudo, já que Medeiros (1997, p. 44) afirma que a elaboração de “um artigo científico exige o apoio das próprias ideias em fontes reconhecidamente aceitas”, neste artigo, classificado como teórico/conceitual, ou de argumento teórico, busca-se apresentar um arcabouço que,

sendo favorável a uma posição, volta-se para um dado argumento e para fatos que possam prová-lo ou refutá-lo. Argumentação esta que proporciona toda uma tomada de posição, com o objetivo de questionar a complexidade e a incerteza vigente na questão ambiental para a montagem de um cenário futuro. Ainda: enfatiza e privilegia a especificidade das questões ambientais que conduzem à tentativa de mudança no comportamento social, já secularmente instituído, o que implica em dizer que o mesmo se volta para a ótica do desenvolvimento sustentável como de complexidade e incertezas para a prospecção de um cenário futuro.

### **CRISE: A INSEGURANÇA HUMANA E A QUESTÃO AMBIENTAL**

O cenário atual, exposto como introdução, denuncia que a crise hodierna é oriunda da insatisfação do homem para com o meio no qual ele está inserido e apregoa, ao mesmo tempo, sua incapacidade de rompimento e/ou transformação com o fato gerador da respectiva crise. Sendo, então, a questão ambiental instalada, a rigor, na insatisfação humana, ela passa a ser entendida como um problema humano e não ambiental. Em decorrência disso, a crise chamada popularmente de ambiental é uma crise do homem consigo mesmo e com as formas pelas quais ele estabelece suas relações para com o meio ambiente. Ela, a crise ambiental, é, no fundo da questão, uma crise do próprio sistema de produção e nas relações que nele e dele implicam.

Ao pensar a crise ambiental como uma crise do próprio sistema, sabendo que as crises são intrínsecas a todo e qualquer sistema produtivo, ela – a crise – acaba por envolver, então, uma dupla dimensão: a política e a econômica. Estas duas dimensões dão a organicidade às crises que, por sua vez, são instituintes das matrizes do desenvolvimento social. Uma vez que o sistema capitalista gera contradições políticas e econômicas, a crise ambiental se transforma de igual modo, em um problema da mesma ordem e direção. Assim, refletir sobre a problemática da crise ambiental quando pensada sob a ótica política e econômica induz à necessidade de se (re) pensar o próprio sistema produtivo. Afinal, como bem relata Ribeiro e Tayra (2006, p. 161), “é cada dia mais claro que estamos próximos do limite da lógica de exploração econômica desmensurada, sem preocupação com a sustentabilidade dos recursos”.

A disposição de se (re) pensar a crise ambiental sob a lógica do sistema de produção enseja na reflexão sobre os estímulos de produção e consumo. Sob a ótica da política, a crise ambiental é, também, a crise do próprio processo democrático, de utilização e de distribuição de recursos, bem como da regulamentação das formas pelas quais o poder e o controle sobre a sociedade são manifestados e preeleitos. Ela é instituída, entre outros pontos, no ordenamento jurídico sobre o meio ambiente. A crise ambiental, quando pensada sob a ótica da política, passa a ser, então, uma crise do homem consigo mesmo, dada a incapacidade de se obter o próprio ideal (Aristotélico) político e, por isso mesmo, promotor da felicidade humana.

Na tentativa de se minimizar os problemas oriundos da esfera política-ambiental, na atualidade, é recorrente a utilização de jargões sustentados sob a roupagem da governança ambiental. A ideia de governança ambiental é promissora, já que, por meio dela, seria possível, por exemplo, articular interesses, intenções, recursos e tecnologia a favor do desenvolvimento. Entretanto, toda a articulação possível e mesmo que envolvida de boas intenções, acaba por instaurar processos que emergem da necessidade econômica do homem. Mesmo porque, como visualizar uma natureza, por exemplo, como algo natural e/ou desprovido de sua capacidade de se transformar em recursos se necessitamos, até mesmo, de sua terra para fazer dela nossa morada?

A resposta para esta questão passa por profundas reflexões e não possuem ainda um epicentro. Trabalhos como os de Leonardo Boff (2010), Ricardo Abramovay (2012), José Eli da Veiga (2012) apontam para a necessidade de se estabelecer padrões éticos de um “cuidado de e para si” para que, em decorrência disso, torne-se possível um desenvolvimento social dissociado da ideia de crescimento ou de mecanismos econômicos fazendo, assim, com que o homem se reconcilie com a natureza.

Diante do exposto se percebe, então, que quando elencada à esfera política, a natureza é dessacralizada e, em decorrência disso, ganha o mesmo *status* de sujeito passivo nos processos, mandos e desmandos da ordem do direito. Serve como exemplo o caso da construção de usinas hidroelétricas como a de Belmonte, cuja construção no estado do Pará poderia proporcionar um crescimento de 10% na matriz energética do país. Mas sua construção, no Rio Xingu, seria possível somente a partir do alagamento de uma área de aproximadamente 516 Km<sup>2</sup>, o que corresponderia a 0,01 da Amazônia legal. Este número pode parecer não muito expressivo, mas junto a ele deve ser

associado a migração de aproximadamente 10.000 pessoas que irão construir casas (e levarão famílias, constituirão comércios, redes de saneamento etc.), mais as aproximadamente 20.000 que terão que deixar suas residências, dado o alagamento da área. Até poderíamos pensar que os fins justificam os meios, caso a respectiva usina não dependesse do período de chuvas ficando, por conta disso, ociosa entre seis e oito meses do ano. Justificaria, ainda, se a mesma não estivesse custando aos cofres públicos uma cifra que gira em torno de 30 bilhões de Reais – dinheiro suficiente para tirar milhares de pessoas do estado de pobreza extrema e, ainda, promover a dignidade humana.

Mas a ideia da não existência de desenvolvimento sem crescimento o respectivo econômico acaba por tirar da cena dos debates sobre o desenvolvimento sustentável. O caso da construção da usina Belmonte somente constitui uma forma de exemplificar o que ocorre em diversas situações em todo o mundo. A natureza é destituída de sua naturalidade. Ela passa a ser, então, um sujeito de direito que, representada por inúmeros interesses privados e, até mesmo, pelo poder do Estado, se transforma em mote de questões de direito. É reduzida a acordos legais (quando neles se chegam ou eles existem). Como o direito a um ambiente ecologicamente equilibrado ou, ainda, da exploração dos recursos naturais, desde que garantida a manutenção de sua sobrevivência futura.

No âmbito da economia, por sua vez, cabe pensar o meio ambiente como recurso para o desenvolvimento. Na esteira deste entendimento se tem, então, a natureza como princípio estruturante dos processos produtivos e, por isso mesmo, eixo central do sistema econômico dominante. Estando a biosfera em perigo, ou seja, estando os recursos naturais em iminente escassez, a totalidade do próprio capitalismo poderia, em tese, estar em perigo. Partindo deste pressuposto e com base no que afirma o economista Ignacy Sachs (2001), para que haja desenvolvimento econômico com impactos ambientais minimizados, se faz necessário diferenciar os diferentes tipos de desenvolvimento, bem como desassociar a questão do desenvolvimento da questão do crescimento econômico. Isto implica em dizer que o mercado, por exemplo, não se constitui no único responsável pelo crescimento global e que, do mesmo modo, o desenvolvimento econômico não implica necessariamente no crescimento deste mercado. Aliás, esta é a ideia de um desenvolvimento sustentável: um desenvolvimento convergente ao crescimento do mercado e econômico, mas suficientemente crítico e



viável às dimensões sociais e humanas. Este é o significado do que Sachs (2001) denomina como dimensão crítica e viável.

Enquanto tentativas de se reordenar o sistema produtivo, a partir de fontes limpas, sustentáveis, garantidoras de continuidade futura no que tange à oferta de recursos, mas processadas sob a mesma lógica do sistema produtivo industrial vigente, a problemática ambiental se transforma em intenções de mudança, mas de difícil realização. Isto porque, a lógica industrial no qual a sociedade opera não permite a efetiva ação de mudança, já que nesta lógica o desenvolvimento social está intimamente atrelado ao crescimento econômico entendendo ser, este último, a maneira pela qual determinada sociedade se arma, se mostra e se realiza. Logo, a tentativa de reordenamento do sistema produtivo insinua a proposta de se fazer com que as coisas mudem como já dizia Tomasi di Lampedusa (2000) no início do século XX e, por consequência, no apogeu da Revolução Industrial, para que possam continuar exatamente como são.

Sendo a problemática ambiental transformada em uma problemática produtiva ela acaba por ser distanciada da tentativa de se obter marcos conceituais que não sejam apenas reflexo das tendências de mercado. Por isso mesmo, a busca pelo entendimento da problemática ambiental vincula-se na percepção e posterior entendimento das possibilidades de se (re) pensar, conforme Loureiro (2006, p. 11), “a reorganização da base civilizacional e da estrutura política, econômica social e cultural, vigente nas sociedades instituídas no período posterior à Revolução Industrial e no marco da modernidade capitalista”. Em síntese: não existe crise ambiental no planeta, porque o meio ambiente só se transforma em sujeito quando ele é desmaterializado pelo próprio homem que, por sua vez, desvela a partir do estranhamento frente à finitude do natural, o quanto ele é “ser, por excelência, da antinatureza” (FERRY, 1994, p. 36). Por isso mesmo, como reflete Ribeiro (2001, p. 8): “Quem compra um equipamento eletrônico, um carro novo, uma geladeira nova ou qualquer outro bem semidurável, seria um vilão no debate ambiental?” É claro que não! É óbvio que não. A crise é ambiental!

## O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A DESMATERIALIZAÇÃO DO NATURAL

As dimensões acima expostas implicam na percepção das relações do homem para com o meio ambiente, entendendo ser este último o espaço no qual ele habita e as formas pelas quais ele se desenvolve. Por isso mesmo, o meio ambiente é, então, construído pelo homem e, ao mesmo tempo, responsável pelo desenvolvimento humano. Assim, se faz importante lançar a seguinte questão para reflexão: Como, então, se pode desenvolver sustentavelmente?

Abramovay (2012) questionou de maneira contundente se é possível um capitalismo capaz de levar o mundo em conta. Para o autor, a ideia de se “aumentar a eficiência e reduzir a desigualdade no uso dos recursos devem ser objetivos estratégicos de uma economia que tenha a ética na tomada de decisões” (Abramovay, 2012, p. 11). Este seria um caminho viável para a construção de um “metabolismo social capaz de garantir a reprodução saudável das sociedades humanas” (Abramovay, 2012, p. 13). Seguindo ainda o pensar de um desenvolvimento sustentável, amparado pelas reflexões de Abramovay (2012), torna-se evidente que a busca por modos e/ou formas de se obter um desenvolvimento sustentável se constitui em uma tarefa tão árdua, quanto difícil e arriscada. Isto porque, estando a natureza dessacralizada e transformada em matéria-prima, em patentes, em disputas jurídicas e *slogan* a ser utilizado por aqueles que se consideram politicamente corretos, a busca pelo desenvolvimento sustentável implica em se obter processos que operem simultaneamente com a lógica do mercado, ao passo que reorganize as relações sociais no que tange a visão do homem sobre a educação, a técnica, a economia e a política e, ao mesmo tempo, o leve à reconciliação com a natureza. Neste sentido implica em, por exemplo, dissociar a visão de natureza como recurso produtivo e fonte de desenvolvimento técnico, para veiculá-la à visão de *habitat* natural do próprio homem. Implica, ainda, em visualizá-la como sistema simbiótico do próprio homem para si mesmo, incorrendo ainda, na reavaliação do que realmente é importante na vida e que tipo de vida queremos levar. (ABRAMOVAY, 2012, p. 17).

Quando se trata da simbiose homem-natureza não se trata, porém, de vincular o homem aos ciclos naturais desprovidos de qualquer concretude racional, ou pautar as relações do homem com seu entorno na solidariedade mecânica Durkheimiana. Trata-se,

portanto, da inclusão na organicidade na qual as relações sociais hodiernas se desenvolvem da natureza como agente constituinte do ser humano. A dissociação da visão da natureza como recurso técnico configura-se numa mudança paradigmática e no reconhecimento de que toda mudança implica no exercício da liberdade de escolha. Assim, ao saber que a expansão da produção (e, por consequência, utilização da natureza como recurso) não garante a coesão social e nem tão pouco o bem-estar e a dignidade para a geração presente e/ou futura, a escolha da forma pela qual a natureza será percebida é, a rigor, uma escolha também da forma na qual se pode direcionar a economia. A possibilidade de mudança se traduz, de acordo com Abramovay (2012, p. 18), em duas palavras-chave: “a primeira refere-se a sociedade e natureza” e a segunda e mais expressiva é o “limite”, já que é no “reconhecimento do limite dos ecossistemas que se encontram as maiores possibilidades para o processo de desenvolvimento”.

Como a mudança no paradigma econômico depende, necessariamente, da escolha humana, uma nova ordem social assim também depende. Em decorrência, a tentativa de mudança no sistema lógico no qual opera a racionalidade humana, onde a natureza pode, inclusive, ser matematizada, incorre em deixar a concretude do existente em partida rumo ao desconhecido na tentativa de se criar um sistema produtivo “capaz de garantir a permanência e a regeneração dos serviços que os ecossistemas prestam à sociedade”, permitindo, desta maneira, o rompimento ou (re)adequação dos modelos secularmente instituídos (Abramovay, 2012, p. 20).

Uma mudança no paradigma econômico atual insinua a possibilidade de se estabelecer uma lógica que não se conhece (por isso mesmo não lógica à primeira vista) denotando em riscos ainda impossíveis de serem mensurados, mas, igualmente, em benefícios propulsores de melhoria na qualidade de vida e na dignidade das pessoas. No fundo, é um risco dolorosamente doce que supõe suturar a atual economia a partir da ética e do cuidado para com o meio ambiente. Pensar a economia a partir da ética e do cuidado de si e para com o meio ambiente desvela um aparente grau de dificuldade, haja vista que as formas e/ou maneiras que se aprende, secularmente, a visualizar nossa realidade está intimamente relacionada com a valorização dos bens e das coisas. Assim, são a produção e o consumo, resultantes das revoluções técnicas, econômicas e culturais que estão implicitamente inseridas no conceito de desenvolvimento. Como bem afirma Milton Santos (1994), quando a natureza é transformada em um objeto técnico, ela

acaba por constituir um meio em si mesmo e não uma finalidade. Por isso mesmo, o natural perde sua materialidade, configurando-se apenas como força conceitual. Em decorrência disso, a natureza é organizada e acionada segundo uma lógica de realização presente na própria história, o que implica em dizer que o uso da natureza como objeto dentro do processo histórico, pode ser realizado “segundo equações de força originadas em diferentes escalas, mas que se realizam num lugar aonde vai mudando ao longo do tempo” (SANTOS, 1994, p. 68).

Todo o dito remete à possibilidade de se (re) pensar o aspecto natural da natureza e, desta forma, fornecer à mesma sua materialidade originária. Tal condição é possível e pertinente a partir do desenvolvimento de um novo modo econômico que, aliado sempre à ética e ao cuidado decisivo na fluidez do processo de desenvolvimento sustentável, toma a cena dos debates na atualidade.

## **O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E AS PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS**

Se vive no antropoceno e todos estão a favor de um futuro comum para a humanidade, no qual as ações presentes deverão garantir a continuidade e a preservação das gerações futuras. Por isso mesmo, a sociedade está empenhada em promover eventos que alinham o desenvolvimento sustentável às práticas cotidianas que levem em consideração os resultados socioambientais que, por sua vez, devem ser bons para todos. Certo? Talvez, é preciso de antemão questionar: Todos, quem? E, o que garante tais ações?

Bem, ao mesmo tempo em que estou sendo estimulado a economizar a água, de todas as formas, e em vista de um iminente racionamento, por exemplo, os governos internacionais operam, sob a égide do mesmo intuito, com compromissos acordados para a preservação do meio ambiente. Nestes, diversos países, entre eles o Brasil se compromete por meio de tratados a criar políticas econômicas e educativas que garantam a “prudência” na utilização dos recursos naturais. Note aqui que a natureza, mesmo nos tratados, é visualizada como mecanismo de transação e garantia de bem-estar. Prova disso, são os mecanismos desenvolvidos para a compensação de danos provocados ao meio ambiente. Entretanto, se pode argumentar, por hora, na contradição que envolve estas iniciativas, a partir de dois eixos norteadores. O primeiro se orienta

sob o aspecto cotidiano direcionado pela ideia de desenvolvimento sustentável: A população se envolve por meio de práticas tidas como sustentáveis, com a questão ambiental. Economizar água, energia, reciclar materiais, plantar árvores e transformar materiais em fonte de trabalho, lazer e, até mesmo, artesanato! As práticas cotidianas tidas como sustentáveis são inúmeras e envolvem todos os níveis e camadas sociais, bem como, podem ser vistas como estando “inseridas” em boa parte das instituições empresariais e educativas. Afinal, a sustentabilidade “está no ar”.

O segundo eixo se orienta a partir das políticas e dos acordos governamentais: O governo sistematiza por meio de programas de conscientização a importância de preservação dos recursos. Ao mesmo tempo, as comunidades reconhecidas por não possuir grandes matrizes poluentes são recompensadas nos países considerados grandes poluidores e depredadores do ecossistema, por meio do crédito de carbono, ao mesmo passo no qual a produção e o consumo, atrelados à ideia de desenvolvimento econômico, continuam crescendo vertiginosamente, a partir do estímulo governamental.

A contradição exposta não implica em um processo dialético. A rigor, a antítese do primeiro eixo é fincada no desprovimento, muitas vezes, da práxis e, do mesmo modo, não conduz à um retorno para a mesma. Já no segundo eixo se mostra, como antítese, a indiferença que, por sua vez, é a única capaz de matar qualquer processo criador.

Dicotomizadas as práticas sustentáveis e as políticas para o desenvolvimento sustentável acabam por não levar em consideração a ética, o bem-estar e o respeito para com o homem e o ecossistema em sua postulação. Acordos como o Protocolo de Kyoto, por exemplo, que permite aos países como os Estados Unidos compensarem o excedente de poluentes atmosféricos pagando aos países menos poluentes a cota de emissão de gases que estes últimos poderiam emitir, é tão mercantil quanto a queima de combustível fóssil para produção de garrafas biodegradáveis. Explico: sob a roupagem de uma “economia verde”, o sistema de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), tenta solucionar os problemas ambientais a partir da lógica do mercado, criando, ao mesmo tempo, um novo mecanismo para fomentar a criação de um novo mercado, que tem como mercadoria os processos e produtos fornecidos pela natureza, como a purificação da água e do ar, a geração de nutrientes de solo para a agricultura, a polinização, entre outros (PETARNELLA; SOARES, 2012).

Dada a massificação do conceito e a destituição de seu fundamento epistemológico, as práticas tidas como sustentáveis também estão longe de gerar resultados permanentes. Isto porque os princípios teóricos norteadores das práticas tidas como sustentáveis são frágeis e nebulosos, dispersos das ações que orientam. Por isso mesmo, as práticas cotidianas se alicerçam, na maioria das vezes, a partir de discursos massificados e generalizados o que, por sua vez, acaba por matar qualquer possibilidade de ação crítica. Em decorrência disso, visualiza-se a ideia de desenvolvimento sustentável sendo orientada por diferentes (e muitas vezes opostas) vertentes: a mercadológica, a política, a discursiva, a estratégica, a governamental, a de marketing, de *commodities* etc. A rigor, temos as práticas, as políticas, a economia e até mesmo o conceito de desenvolvimento sustentável num limiar massificado, mas precário de passagens.

O desenvolvimento sustentável se transforma em tudo e tudo pode ser uma prática sustentável. No fundo, o que se descortina por meio da ideia de sustentabilidade e das práticas tidas como sustentáveis são apenas relações de poder que se esconde por meio da massificação de seu conceito e do agenciamento de suas possibilidades. Desta forma elas se prendem aos discursos politicamente corretos que, como bem diz Foucault (2009), não são resultados ou a tradução das lutas, dos sistemas e das formas de dominação. Ao contrário. Os discursos são os verdadeiros motivos das lutas. São as demonstrações de um poder apoderado por aquele que os detém. Desta maneira, os discursos sobre o desenvolvimento sustentável e as práticas sustentáveis se transformam numa espécie de “vontade de verdade assim apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional” (FOUCAULT, 2009, p. 18).

Institucionalizado, a ideia, o conceito e o discurso sobre o desenvolvimento sustentável transformam-se, também, em mecanismos de disputa política e de agenciamento econômico. Não é à toa que na atualidade o desenvolvimento sustentável tornou-se, em muitos casos, também, apelo comercial, marcas de enlatados e *slogan* de palhas de aço ou de detergentes. Logo, um olhar atento ao cotidiano revela a possibilidade de um desenvolvimento sustentável não se transfigurar em propósito. Afinal, ainda conforme o entendimento de Foucault (2009), “a palavra morre pelo uso”.

Este esclarecimento se faz necessário para o entendimento de que para o alcance do desenvolvimento sustentável se faz, como condição *sine qua non*, no entendimento

das relações históricas que denotam o momento em que se transita. Envolve a percepção de que, por exemplo, as práticas sustentáveis que são propostas pelas instituições de ordenamento social, como as escolas e as empresas, se debruçam, muitas vezes, sobre tentativas de resoluções práticas imersas nos planos de ações e pelo conjunto de objetos técnicos implantados nos lugares, ou seja, na tecnosfera delineada por Santos (1994). Por isso mesmo, as práticas sustentáveis, no caso em questão, distanciam do reino das ideias, das crenças e das paixões, cujo lugar é por excelência o da produção de sentido e, assim, permissivo ao desenvolvimento de outros imaginários. Em síntese: o discurso do desenvolvimento sustentável garante a manutenção dos acordos econômicos internacionais e agenciam a manutenção dos sistemas de poder e, por isso mesmo, é demarcador das relações de poder na sociedade atual. Já as práticas tidas como sustentáveis, estando desprovidas da práxis, reforça o domínio secularmente instituído, ou seja, elas se transformam em tudo – *show*, moda, propaganda, excursão etc., conforme apresentado no discurso deste capítulo. Mas, como já dizia James Joyce (2012), em *Ulisses*, o tudo é nada, ambos têm o mesmo sentido e a mesma dimensão.

### **PROSPECÇÃO DE UM CENÁRIO FUTURO NO CONTEXTO DE INCERTEZA: UMA CONCLUSÃO?**

O entendimento de que as ações práticas presas ao sistema técnico não é algo recente na história da humanidade. Aliás, retomando as ideias que se herdou do iluminismo, e evocando Descartes (1983), a humanidade é presa a uma racionalidade técnica pela qual os limites éticos são flutuantes e indeterminados. As ações práticas possuem resultados imediatos e são passíveis de múltiplas determinações científicas. Elas podem ser observadas, exploradas, experimentadas, aprovadas ou reprovadas, e confirmadas, tornando-se, inclusive objeto de pesquisa indutiva ou dedutiva, com delineamento qualitativo ou quantitativo (se não os dois ao mesmo tempo, entendidos como adoção de métodos mistos). É o que Weber trata como intelectualização e racionalização. No limite, as ações práticas denotam a crença de que “não há forças misteriosas e incalculáveis, mas que se pode, em princípio, dominar todas as coisas pelo cálculo” (Weber, 1982, p. 37).

No caso em questão, refletir sobre os efeitos de tais ações na hodiernidade é premissa básica para o delineamento das práticas consideradas “sustentáveis”, já que, atualmente, as mesmas se apresentam ainda inteligíveis. Isto porque, elas ainda não ganharam os sentidos fundamentais para a construção de possibilidades futuras, ou seja, de desprendimento para com o paradigma herdado da Revolução Industrial.

Uma vez que o sistema técnico no qual as práticas sustentáveis que, teoricamente e fora do senso comum objetivam um desenvolvimento sustentável, estão epistemologicamente formando matrizes que delegam à natureza uma intencionalidade que está aquém da *zoé*. O espaço no qual o homem se vincula e estabelece suas relações, ou seja, os sistemas de objetos e ações que operam na organicidade das rel (ações) humanas são racionalmente e historicamente construídos sob o modelo de natureza como recurso. Logo, mudar a lógica incursa neste pensar implica em mudar o próprio sistema de objetos e as ações que constituem o lugar no qual este mesmo homem habita. Entretanto, uma vez que a humanidade não pode escapar da natureza, seja no sentido de tê-la como objeto ou como *habitat*, esta se torna para o homem valor vital. Em decorrência disso, seu domínio não implica necessariamente em um problema, mas com vistas ao sistema produtivo atual, em um dilema a ser questionado e, a partir disso, resolvido.

O dilema no qual nos referimos, não remete às reflexões sobre a necessidade e/ou intenção do domínio da natureza pelo homem. Ele se vincula nos meandros pelo qual o homem exerce o respectivo domínio. Sobre a noção de posse. Sobre a desarticulação da ideia de pertencimento, respeito ou cuidado, e se constituindo, desta forma, na viabilização do paradigma do cuidado contundentemente defendida por Boff (2010), cuja proposta é a de se repensar a vida humana e sua relação para com o planeta de maneira não predatória e consciente de que o consumismo deve ser superado pela qualidade de vida emergida do comprometimento e do cuidado para com os outros da mesma maneira que se cuida de si mesmo. Aliás, para o autor, o caminho a ser percorrido é “colocar a sociedade e o “nós” no centro das preocupações humanas, e não o indivíduo e o eu. Isso significa que o projeto econômico deve estar a serviço do projeto social e do projeto ecológico de sustentação de toda a vida” (BOFF, 2010, p. 65).



Novamente a ideia de se ter um domínio da natureza, cujo paradigma seja o do cuidado, remete à capacidade de fazer com que cada sujeito “seja protagonista de sua própria emancipação” (ABRAMOVAY, 2012, p. 31). Por isso mesmo, dominar implica no distanciamento do homem dos outros seres e coisas e, desta forma, na construção de relações que podem levá-lo ao seu desenvolvimento e emancipação a partir de reflexões sobre as formas de desenvolvimento que não vislumbre a utilização da natureza como objeto humano.

Pensar o desenvolvimento sustentável implica em não compactuar com Luc Ferry (1994, p. 19), quando diz que a natureza é “letra morta” já que “ela não fala mais, pois deixamos há muito tempo – no mínimo desde Descartes – de lhe atribuir uma alma e de acreditá-la habitada por forças ocultas”, mas em concordar com Boff (2010) de que existem sim possibilidades de reconciliação do homem com a natureza e que estas passam, primeira e principalmente, pela (re) definição dos valores filosóficos, morais e éticos nos quais a sociedade está alicerçada. Bem se sabe que na atualidade a natureza não possui voz, como disse Luc Ferry (1994), o que nos permite questionar com Abramovay (2012, p. 12) se ainda “há espaço no mundo de hoje para valores éticos?” já que este passo, alinhando o pensar com Boff (2010), implica na reorientação da lógica produtiva e, em decorrência disso, na reorientação da dimensão do natural na sociedade atual.

É claro que, estando a natureza dominada na lógica produtiva vigente, ela se transformou em conceito. Ganhou concretude não natural. Acabou por se transformar em ideia perdendo, em decorrência disso, sua força material. Mas, como explicita Porto-Gonçalvez (1990, p. 21), a natureza “constitui um dos pilares através do qual os homens erguem as suas relações sociais, sua produção material e espiritual, enfim, a sua cultura”. E, é justamente, em decorrência disso, que é imanente a possibilidade de reconciliação entre o homem e a natureza, por meio de sua própria emancipação.

Uma vez que “ser” sujeito emancipado e de direito é o meio pelo qual o homem pode se desprender e, assim, dominar a natureza, é certo, então, que o domínio da natureza é o caminho pelo qual o homem pode, pelo menos enquanto desejo, dar concretude às relações políticas e econômicas, e também as culturais, e constituir o que ora chamamos de sociedade. Desta maneira, ao mesmo passo na qual o homem imaterializa o natural, ele adquire, em decorrência disso, sua humanidade. Logo, a

reconciliação do homem com a natureza não se trata, portanto, de uma “volta às suas origens”, ou seja, não se trata aqui de defender a animalidade humana. Ao contrário. Trata-se de buscar, por meio do desenvolvimento, uma ação na qual este homem humanamente natural possa se transformar em um homem naturalmente humano.

O entendimento do valor e das questões que envolvem a natureza e o homem diante daquilo que massivamente vem sendo considerada uma crise ambiental, mas que se trata de uma crise humana ultrapassa, diante do exposto, as questões sobre determinada responsabilidade sobre o presente e o futuro do planeta. E a apreensão das matrizes constituintes das possibilidades críticas e reflexivas sobre os meios pelos quais a força material do conceito toma forma, se torna fundamental. A complexidade e a incerteza na prospecção do futuro ainda são, assim, uma constante.

Sabendo-se que trabalhos conceituais contêm proposições iniciais para o desenvolvimento de um tema, entende-se ser esta a contribuição deste artigo. Entretanto, por se tratar de uma proposta inicial e conceitual, há natural limitação de pesquisa. Esta se configura pela não aplicação do tema, em uma realidade observável. Com este entendimento se recomenda a continuidade do estudo do assunto, até porque é de importância para a realidade, e a consequente realização de pesquisas aplicadas, com a adoção de métodos indutivos e dedutivos, de delineamentos qualitativos e quantitativos, isolados ou em conjunto, com a finalidade de investigar as questões inerentes ao desenvolvimento sustentável como imanência de um novo paradigma contemporâneo frente ao paradigma herdado da Revolução Industrial que, por sua vez, está secularmente instituído na sociedade. Em decorrência disso, sugere-se a aplicação dos respectivos estudos em organizações públicas e privadas que, frente ao exposto, estão vivenciando a complexidade e a incerteza na prospecção de futuros cenários, diante desta nova ordem social.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Muito além da economia verde**. São Paulo: Abril, 2012.
- BAUMAN, Z. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- BOFF, L. **Saber cuidar**. Petrópolis: Vozes, 2010.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo:

Editora 34, 1995.

DERRIDA, J. **Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar da hospitalidade.** São Paulo: Escuta, 2003.

DESCARTES, R. **Discurso do método.** 3. ed. São Paulo: Abril, 1983.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico.** São Paulo: Martin Claret, 2002.

FERRY, L. **A nova ordem ecológica: a árvore, o anima, o homem.** São Paulo: Ensaio, 1994.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso.** São Paulo: Loyola, 2009.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

JOYCE, J. **Ulysses.** São Paulo: Penguin Classics; Companhia das Letras, 2012.

LAMPEDUSA, G. T. Di. **O Gattopardo.** São Paulo: Record, 2000.

LIPOVETSKY, G. **Tempos hipermodernos.** São Paulo: Barcarolla, 2004.

LOUREIRO, C. F. B. **O movimento ambientalista e o pensamento crítico: uma abordagem política.** Rio de Janeiro: Quartet, 2006.

MEDEIROS, J. B. **Redação científica.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

PETARNELLA, L.; SOARES, M. L. de A. A Rio +20 e a economia verde. **Jornal Cruzeiro do Sul.** Sorocaba: 14 jun. 2012, p. 2 do caderno A.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Os (des) caminhos do meio ambiente.** São Paulo: Contexto, 1990.

RIBEIRO, D. **O processo civilizatório: etapas da evolução sociocultural.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

RIBEIRO, W. C. **A ordem ambiental internacional.** São Paulo: Contexto, 2001.

SACHS, I. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado.** Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

SANTOS, M. **A natureza do espaço.** São Paulo: Hucitec, 1994.

SLOPERDIJK, P. **Esferas III, espumas.** Barcelona: Editorial Siruela, 2008.

TAYRA, F.; RIBEIRO, H. Modelos de indicadores de sustentabilidade: síntese e avaliação crítica das principais experiências. **Saude soc.,** São Paulo, v. 15, n. 1, Apr. 2006 . Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-12902006000100009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902006000100009&lng=en&nrm=iso) Acesso: 04 nov. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902006000100009>.

VEIGA, J. E. Indicadores de sustentabilidade. **Estud. av.**, São Paulo, v. 24, n. 68, 2010.

Disponível em:

[http://www.scielo.br.php/script=sci\\_arttes&pid+S010340142010000100006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br.php/script=sci_arttes&pid+S010340142010000100006&lng=en&nrm=iso) Acesso em: 03 nov. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142010000100006>.

WEBER, Max. **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982.

Recebido em: 15/07/2018

Aceito em: 08/08/2018